

Whirlpool S.A.
**Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da
Companhia**
Data-Base: 31.12.2013

*(conforme art. 9, III da Instrução CVM nº 481 de e Capítulo 10 do Anexo 24 da Instrução
CVM nº 480)*

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios de 2013, 2012, 2011 a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 812,7 milhões, R\$ 606,3 milhões e R\$ 368,7 milhões, demonstrando a consistência dos resultados da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos abaixo os índices de endividamento sobre ativo total e liquidez corrente, referentes à Companhia:

WHIRLPOOL S.A.			
ÍNDICES	2013	2012	2011
ENDIVIDAMENTO SOBRE ATIVO TOTAL	0,63	0,64	0,66
LIQUIDEZ CORRENTE	1,32	1,26	1,18

O capital de giro da Companhia e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da empresa é formada por capital próprio proveniente da geração de caixa operacional da Companhia e por capital de terceiros, através de financiamentos com Finep.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem e seu objetivo é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, o patrimônio líquido era de R\$ 2.464,7 milhões, R\$ 2.131,7 milhões e R\$ 1.811,2 milhões, respectivamente. Isto é reflexo dos resultados consistentes da Companhia, de modo que seu patrimônio líquido não sofreu variações relevantes. O capital de terceiros neste mesmo período era de R\$ 84.908 milhões em 2011, R\$ 111.544 milhões em 2012 e R\$ 138.469 milhões em 2013

O percentual de capital de terceiros sobre patrimônio líquido, nos períodos encerrados em dezembro de 2011, 2012 e 2013, eram de 5%, 5% e 6% respectivamente, sendo o remanescente, capital próprio proveniente da operação da Companhia.

A diretoria monitora sua estrutura de capital através de sua dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa. A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital existente nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, considerando a dívida líquida sobre o Patrimônio líquido.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos e financiamentos	138.469	111.544	84.908
Derivativos	81.578	26.831	92.238
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(971.511)	(377.561)	(665.092)
Dívida líquida	(751.464)	(239.186)	(487.946)
Patrimônio líquido	2.464.736	2.131.711	1.811.184

A diretoria destaca que a posição de dívida líquida é negativa, ou seja possui caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar os empréstimos, financiamentos e derivativos em sua totalidade, nos 3 últimos exercícios sociais.

Não há no curto prazo, previsão de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos (ii) impostos indiretos relacionados a nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

A posição do ativo circulante em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 4.804,8 milhões, comparada com R\$ 4.277,5 milhões em 31 de dezembro de 2012.

A posição do passivo circulante em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 3.644,5 milhões, comparada com R\$ 3.393,4 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Acreditamos que os recursos disponíveis, a nossa geração de caixa operacional e linhas de crédito existentes serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da Lei 11.196/2005.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, a Companhia dispõe de linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país. Em dezembro de 2013, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$ 1.119.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. A linha de crédito não contém cláusulas financeiras restritivas ou garantias.

Em 31 de dezembro de 2013, não tínhamos empréstimos contraídos sob este contrato de crédito

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

	Controladora			Consolidado			Garantias
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	
Moeda nacional:							
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	137.525	111.051	84.586	137.525	111.051	84.608	Fiança Bancária
Moeda estrangeira:							
Variação cambial e juros de 3,0% a 6,84% a.a.	368	493	300	944	493	300	
Total dos financiamentos	137.893	111.544	84.886	138.469	111.544	84.908	
Circulante	15.183	19.269	19.085	15.759	19.269	19.107	
Não circulante	122.710	92.275	65.801	122.710	92.275	65.801	

Em 4 de dezembro de 2006, a companhia celebrou um contrato de financiamento com o FINEP no montante de R\$20.000. Esse financiamento teve como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Mercado de Refrigeração". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O saldo devedor está sendo pago em 61 parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento da última parcela foi em 15 de dezembro de 2013.

Em 9 de outubro de 2008, a Whirlpool S.A. celebrou novo contrato de financiamento com a FINEP no montante de R\$100.000, disponibilizado em duas parcelas: R\$75.000 em 15 de novembro de 2008 e R\$25.000 em 20 de julho de 2009. Sobre o principal incide juros de 5% ao ano, a título de Spread, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos deste contrato serão limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O contrato contemplou período de carência de 20 meses onde foram considerados os encargos. O saldo devedor está sendo pago em 81 parcelas mensais e sucessivas sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de junho de 2010 e as demais nos meses subsequentes, sendo o último vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia, celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 180.000, a ser disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 42.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012 e a segunda liberada em 14 de novembro de 2013. Sobre o principal incorrem juros remunerados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 5% ao ano a título de Spread, reduzidos por equalização equivalente a TJLP ao ano, resultando em uma taxa de financiamento de 5% ao ano. O valor do principal do contrato será amortizado mensalmente em 61 prestações, subsequente ao período de carência de 24 meses. O pagamento de juros é mensal inclusive no período de carência.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não há outras dívidas de longo prazo contratadas com instituições financeiras, além das já mencionadas no item (i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Além das dívidas quirografárias acima mencionadas junto ao FINEP, as quais são garantidas por uma fiança bancária, a Companhia possui outras obrigações registradas no passivo exigível do balanço patrimonial que integra as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social de 2013, as quais se referem a obrigações de natureza trabalhista e tributária, além de obrigações relacionadas a fornecedores, locação de imóvel e aquisição de energia elétrica. As obrigações relacionadas a locação de imóvel e aquisição de energia elétrica também são garantidas por fianças bancárias. Nos exercícios sociais de 2011 e de 2012 as obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras correspondentes a estes exercícios sociais também foram compostas por obrigações da mesma natureza daquelas registradas para o exercício social de 2013.

De acordo com a natureza dos créditos correspondentes a estas obrigações, a ordem de preferência entre elas na hipótese de eventual concurso universal de credores seria a seguinte: primeiro seriam satisfeitas as obrigações relativas a empregados e equiparados até o limite de 150 salários mínimos; na sequência seriam satisfeitas as obrigações de natureza tributária e, por fim, as obrigações quirografárias, uma vez que a Companhia não possui obrigações registradas no passivo exigível com garantia real ou qualquer outro privilégio ou preferência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Nos contratos de financiamento mencionados no item (i) acima, inexistem restrições (*covenants*) impostas à Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia tem dois contratos em vigor que foram tomados na sua integralidade conforme estão descritos abaixo:

Em 09 de outubro de 2008, a Companhia celebrou um novo contrato de financiamento com o FINEP, no valor de R\$ 100 milhões, disponibilizado em duas parcelas: R\$ 75 milhões em 15 de novembro de 2008 e R\$ 25 milhões em 20 de julho de 2009.

Em 4 de Dezembro de 2012, a Companhia, celebrou nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 180.000, a ser disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 42.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012 e a segunda liberada em 14 de novembro de 2013.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais Consolidados

A tabela a seguir mostra os resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Consolidado		
2013	2012	2011

Receita líquida de vendas e serviços	9.334.857	8.457.901	7.465.334
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.185.190)	(6.584.815)	(5.649.872)
Lucro bruto	2.149.667	1.873.086	1.815.462
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas e distribuição	(565.229)	(546.130)	(423.228)
Despesas administrativas	(352.157)	(350.587)	(268.728)
Outras despesas operacionais, líquidas	(164.031)	(104.844)	(763.185)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	1.068.250	871.525	360.321
Receitas financeiras	791.847	423.843	557.061
Despesas financeiras	(834.889)	(471.307)	(593.029)
Lucro antes dos impostos	1.025.208	824.061	324.353
Imposto de renda corrente e diferido	(158.748)	(159.029)	32.810
Contribuição social corrente e diferida	(45.690)	(48.081)	14.501
	(204.438)	(207.110)	47.311
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	820.770	616.951	371.664
Participação de não controladores	(8.023)	(10.684)	(2.986)
Lucro líquido do exercício	812.747	606.267	368.678
Atribuíveis aos:			
- Acionistas controladores	812.747	606.267	368.678
- Acionistas não controladores	8.023	10.684	2.986

Em 2013, a nossa receita líquida de vendas e/ou serviços aumentou 10,4% ou R\$ 877 milhões, passando de R\$ 8.457,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 9.334,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Apesar do ano de 2013 ter sido marcado pelo baixo crescimento econômico, aproximadamente 2,3% de crescimento, a receita líquida da Companhia apresentou um crescimento significativo impulsionado pelo consumo das famílias que continuou aquecido, este que foi o principal motor para o crescimento no ano, além disso, a Companhia teve um melhor mix e preços de produtos comercializados e aumento do volume de vendas.

O setor de eletrodomésticos sofreu leve contração ao longo do ano de 2013, impactado pela conjuntura econômica do país, volatilidade do câmbio e inflação próxima ao teto da meta, contribuindo também a redução dos incentivos fiscais (IPI) concedidos pelo governo. O mercado de compressores seguiu a tendência do mercado de refrigeração: na Europa, a demanda se comportou de forma mais estável que em 2012, mas ainda seguiu estagnada. Houve impactos na China e no Brasil em função do fim dos incentivos governamentais.

O custo dos produtos vendidos acumulado aumentou 9%, passando de R\$ 6.584,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 7.185,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A variação deve-se ao efeito líquido da variação do custo de materiais e commodities (principalmente cobre, aço e resinas de petróleo), aumento do volume de vendas, efeito do mix de produtos vendidos durante o ano. Dentre os impactos do cenário externo para a nossa indústria, destaca-se a depreciação do real em relação ao dólar que fechou 2013 em R\$2,3426/US\$.

Nossas despesas operacionais compreendem substancialmente despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, e outras despesas operacionais, líquidas.

As outras despesas operacionais de 2011 referem-se principalmente a celebração de acordo junto ao Banco Safra em 22/06/2011, para encerrar a ação judicial de cobrança movida contra a Companhia desde 2001. O impacto reconhecido na rubrica de outras despesas operacionais foi no montante de R\$ 690,8 milhões.

Os fatores acima determinaram o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, que foi de R\$ 1.025,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado a R\$ 824,1 milhões no mesmo período em 2012, representando uma variação positiva de R\$ 201,1 milhões. O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 alcançou R\$ 812,7 milhões ou 8,7% (R\$ 606,3 milhões em 2012 ou 7,2%), das receitas líquidas de vendas e/ou serviços dos exercícios.

Comparação das contas patrimoniais consolidadas

	Consolidado		
	2013	2012	2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	971.511	377.561	665.092
Contas a receber, líquidas	960.032	1.111.767	851.047
Estoques	1.147.764	896.546	805.849
Impostos a recuperar e antecipados	178.013	130.770	128.942
Partes relacionadas	1.394.912	1.566.160	906.132
Operações com derivativos	5.049	17.742	10.348
Outros ativos circulantes	147.544	176.970	110.802
Total do ativo circulante	4.804.825	4.277.516	3.478.212
Bens destinados à venda	386	386	1.686
Não circulante			
Operações com derivativos	1.046	2.158	144
Impostos a recuperar	27.203	28.777	28.303
Depósitos para recursos e outros	141.970	134.558	134.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	325.513	339.684	366.046
Partes relacionadas	218.693	182.622	260.176
Outros ativos	44.062	31.419	33.543
Investimentos	5.500	5.490	5.484
Imobilizado	923.076	887.510	878.154
Intangível	84.440	78.254	72.401
Total do ativo não circulante	1.771.503	1.690.472	1.778.277
Total do ativo	6.576.714	5.968.374	5.258.175

	Consolidado		
	2013	2012	2011
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	2.546.138	2.379.680	1.726.151
Empréstimos e financiamentos	15.759	19.269	19.107
Impostos, taxas e contribuições a pagar	175.998	150.062	110.441
Salários e encargos sociais	122.359	129.395	116.322
Partes relacionadas	69.923	35.997	34.531
Operações com derivativos	86.934	46.397	100.265
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	38.945	-
Outros passivos	627.341	593.655	843.297
Total do passivo circulante	3.644.452	3.393.400	2.950.114
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	122.710	92.275	65.801
Operações com derivativos	739	334	2.465
Impostos, taxas e contribuições a pagar	67.665	-	-
Partes relacionadas	44.060	41.123	27.862
Plano de previdência privada	6.822	10.356	19.456
Plano de assistência médica	75.069	90.156	74.678
Provisão para demandas judiciais e administrativas	82.631	109.089	145.894
Outros passivos	67.830	99.930	160.721
Total do passivo não circulante	467.526	443.263	496.877
Patrimônio líquido			
Capital social	1.085.793	1.085.793	1.085.793
Reserva de capital	72.647	63.992	54.037
Reserva de lucros	1.237.545	968.251	681.738
Ajuste de avaliação patrimonial	(30.162)	(30.540)	(31.986)
Ajustes acumulados de conversão	(14.674)	(58.352)	(73.618)
Participação de não controladores	113.587	102.567	95.220
Total do patrimônio líquido	2.464.736	2.131.711	1.811.184
Total do passivo e do patrimônio líquido	6.576.714	5.968.374	5.258.175

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

- **Ativo circulante:** O ativo circulante aumentou em 12,3% ou R\$ 527,3 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de 157,3%, ou R\$ 594 milhões na conta de Caixa e equivalentes de caixa, (ii) aumento de 28,0% ou R\$ 251,2 milhões na conta de Estoques, (iii) redução de 10,9% ou R\$ 171,2 milhões na conta de Partes relacionadas e (iv) redução de 13,6% ou R\$ 151,7 milhões na conta de Contas a receber, líquidas.
- **Ativo não circulante:** O ativo não circulante aumentou em 4,8% ou R\$ 81 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de 19,8% ou R\$ 36,1 na conta de Partes relacionadas e (ii) aumento de 4,0% ou R\$ 35,6 na conta de Imobilizado.
- **Passivo Circulante:** O passivo circulante aumentou em 7,4% ou R\$ 251,1 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de 7,0% ou R\$ 166,5 milhões na conta de Fornecedores, (ii) aumento de 94,2% ou R\$ 33,9 milhões na conta de Partes relacionadas e (iii) aumento de 87,4% ou R\$ 40,5 milhões na conta de Operações com derivativos.

- Passivo Não Circulante: Sem variações relevantes.
- Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido aumentou em 15,6% ou R\$ 333 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de R\$ 812,7 milhões pela geração de lucro líquido do exercício e (ii) redução de R\$ 543,5 milhões pela declaração de dividendos.

	Consolidado		
	2013	2012	2011
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.150.580	596.062	818.471
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(139.168)	(174.399)	(132.647)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(417.462)	(709.194)	(524.516)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	593.950	(287.531)	161.308
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	377.561	665.092	503.784
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	971.511	377.561	665.092
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	593.950	(287.531)	161.308

A variação no caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 554,5 milhões é oriunda principalmente pelo aumento do lucro antes dos impostos no valor de R\$ 201,1 milhões comparando com 2012 e redução do consumo de caixa operacional de Outros passivos no valor de R\$ 320,8 milhões comparando com 2012, essa variação advém principalmente pelo efeito do pagamento do acordo celebrado com o Banco Safra S.A. da segunda parcela efetuado em 12/01/2012 no valor de R\$ 489,6 milhões, fato que gerou um impacto negativo no caixa líquido das atividades operacionais em 2012.

A variação no caixa líquido das atividades de financiamento advém da redução de mútuos e conta corrente entre partes relacionadas no valor de R\$ 482,1 milhões e aumento dos dividendos pagos no valor de R\$ 223,9 milhões.

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das nossas operações

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas dos negócios variam preponderantemente em função de volume de vendas e preços. Esses componentes também são os principais fatores de influência das receitas de exportações, além das taxas de câmbio.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, nossa situação financeira e o resultado de nossas operações foram influenciados por fatores macroeconômicos como mudanças na política monetária e fiscal e variações nas taxas cambiais entre outros, como abaixo descrito:

ii.1 Cenário macroeconômico

ii.1.1 Mercado Interno

O crescimento da economia brasileira em 2013 registrou uma leve alta, fechando em 2,3%, o que esboça recuperação ante o fechamento do ano anterior. Essa retomada do crescimento tem como principal *driver* o investimento agregado da economia, calculado pela formação bruta de capital fixo, que subiu 6,3% no ano. Contrastando com seu crescimento expressivo em 2012, o consumo agregado das famílias se beneficiou de um crescimento de apenas 2,3%, registrando o pior desempenho da conta desde 2003. Essa redução da

pressão inflacionária da demanda sobre a oferta não foi suficiente para acalmar a inflação, que fechou o ano com alta de 5,8%, impactada sobretudo pela desvalorização brusca da taxa de câmbio e da forte alta dos preços de alimentos e serviços.

A situação de emprego quase pleno da economia implica maior ineficiência no tocante a produtividade média do trabalho que, aliada a altos patamares de inflação, desacelerou o crescimento da renda real, que fechou o ano em 1,8%, contra 4,1% de 2012. O resultado dessa equação foi a redução do montante financeiro de empréstimos captados pelo consumidor, conseqüência também da taxa básica de juros, a SELIC, ter fechado o ano em 10%, 2.75 p.p. acima da taxa de fechamento de 2012.

A conjuntura macroeconômica para 2014 segue incerta, com expectativa do mercado de leve redução no nível de crescimento da economia e continuidade nos patamares da inflação. Parte do crescimento baixo pode ser atribuído às eleições presidenciais, que devem trazer incertezas para a economia brasileira. No que diz respeito ao consumo, o mercado de linha branca 2014 deverá ser parcialmente ofuscado, uma vez que anos de copa do mundo costumam estimular o consumo de televisores e outros produtos de linha marrom.

ii.1.2 Mercado externo

No cenário externo, destaque para a aceleração de crescimento nos Estados Unidos. Apesar da polêmica em relação à dívida pública e a paralisação temporária de serviços públicos em outubro, o país encerra 2013 de maneira positiva com retomada de crescimento - representado principalmente pelos números do PIB e criação de novos postos de trabalho. O anúncio, por parte do FED, da redução de compra de ativos financeiros como forma de estimular a economia corrobora a expectativa positiva para 2014.

A União Européia apresentou conjuntura mais estável se comparada ao ano anterior, mas com previsão de crescer cerca de 1,4% em 2014. No entanto, a região ainda enfrenta desafios como o desemprego que, apesar de estável, mantém-se em patamares elevados. Tanto Alemanha, motor da zona do Euro, quanto Itália e Espanha tem previsão de crescimentos modestos.

A China, que teve crescimento de 7,7% em 2013, o mesmo do ano anterior e o pior desde 1999, denota uma possibilidade de continuar com o desaceleramento das taxas de desenvolvimento do PIB. Com queda nas exportações, maior alavanca da economia chinesa, e um plano de reformas lançado pelo governo, o desempenho deve se virar para o mercado doméstico gradualmente.

ii.2 Mercados e Lançamentos de Produtos

O setor de eletrodomésticos sofreu leve contração ao longo do ano de 2013, impactado pela conjuntura econômica do país – volatilidade do câmbio e inflação próxima ao teto da meta – e pela retirada gradual dos subsídios de IPI, iniciada em Outubro de 2013. O mercado de compressores seguiu a tendência do mercado de refrigeração. Na Europa a demanda se comportou de forma mais estável que em 2012, mas ainda seguiu estagnada. Houve impactos na China e no Brasil em função do fim dos incentivos governamentais.

Sempre acompanhando as tendências, e trabalhando para atender as altas expectativas de nossos consumidores, em 2013 a Companhia lançou no mercado nacional cerca de 160 produtos das marcas Brastemp e Consul, destacando a nova linha de refrigeradores Bem Estar Consul com a gaveta Horta em casa, a nova linha de fogões Brastemp, além do novo ar-condicionado portátil Consul Facilita.

ii.3 Programas de redução de custos

A Companhia continua implementando com sucesso medidas de redução de custos em todos os níveis que visam mitigar i) o aumento do preço das commodities ii) pressões inflacionárias sobre salários e iii) aumento dos valores de contratos atrelados à inflação.

ii.4 Preço de Commodities

A despeito da contínua tendência de queda nos preços médios das commodities globais, o setor de eletrodomésticos ficou pressionado pela expressiva alta dos preços do aço, que responde por grande parte das estruturas de custos dos produtos. Complementar a esse reflexo negativo no resultado da Companhia, a brusca depreciação do real frente ao dólar corroborou negativamente o impacto de preços.

Para se prevenir da volatilidade implícita às dinâmicas de oferta e demanda globais das commodities, a companhia atua com operações de *hedge*, conseguindo estender o horizonte de planejamento para fins estratégicos de curto e médio prazo. As operações com derivativos são definidas através de política global. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil. A política global pode ser visitada na sua íntegra no Item 23 das DFC's da Whirlpool S.A.

ii.5 Taxas de câmbio

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaque para a depreciação do real em relação ao dólar, que encerrou 2013 em R\$2,34/US\$, e para o rebaixamento do *rating* de crédito dos títulos soberanos de longo prazo do Brasil junto à agência de risco internacional S&P. Esse rebaixamento da nota soberana se deve principalmente à incapacidade do Brasil de cumprir com suas obrigações macroeconômicas de superávit primário e da recuperação da expansão do seu Produto Interno Bruto. A desvalorização do real, de aproximadamente 15%, possui impactos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação quanto custos de importação indexados em moeda internacional

ii.6 Efeitos de investigações governamentais, ou ações relacionadas por outras partes.

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia assinou acordos com Órgãos de Defesa da Concorrência do Brasil, Europa e Estados Unidos para encerrar as investigações sobre suposta violação da lei antitruste nesses mercados. Com base nesses acordos, a Companhia concordou em efetuar pagamentos no montante total de R\$375.214 (US\$161 milhões). Até 31 de dezembro de 2013, o valor total gasto destas contingências, incluindo honorários advocatícios, e outras despesas, é de R\$730.896 (US\$312 milhões). Em 31 de dezembro de 2013, R\$272.026 (US\$116 milhões) continuam provisionados, dos quais R\$110.604 (US\$47 milhões), serão pagos para os Órgãos de Defesa da Concorrência, em momentos variados, até 2015.

Desde que as investigações conduzidas pelo governo se tornaram públicas em fevereiro de 2009, a Companhia e outros fabricantes de compressores figuraram no pólo passivo em ações de antitruste que visam a recuperação de potenciais danos relativos a precificação de compressores durante certos períodos iniciados em 1996 ou em anos posteriores, propostas em várias jurisdições. Algumas ações já foram solucionadas e outras ainda continuam pendentes.

Em fevereiro de 2013, a Companhia assinou acordo com os compradores diretos na ação em curso nos EUA, tendo sido aprovado preliminarmente em 09 de janeiro de 2014, mas permanece sujeito à aprovação final da Corte. Referido acordo prevê o pagamento de até R\$70.278 (US\$30 milhões), valor este parcialmente contemplado no montante de R\$272.026 (US\$116 milhões) mencionado acima. Esse valor poderá ser reduzido caso parte dos compradores optem por não fazer parte do acordo. Referido acordo não abrange pedidos dos compradores diretos que optem por não permanecer no acordo, tampouco os compradores indiretos.

Outras ações judiciais continuam pendentes e novas ações semelhantes podem ser propostas por pretensos compradores ou outros autores.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

Não há outras investigações governamentais ou ações relacionadas com impacto significativo na Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2013, a nossa receita líquida de vendas e/ou serviços aumentou 10,4% ou R\$ 877 milhões, passando de R\$ 8.457,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 9.334,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Apesar do ano de 2013 ter sido marcado pelo baixo crescimento econômico, aproximadamente 2,3% de crescimento, a receita líquida da Companhia apresentou um crescimento significativo impulsionado pelo consumo das famílias que continuou aquecido, este que foi o principal motor para o crescimento no ano, além disso, a Companhia teve um melhor mix e preços de produtos comercializados e aumento do volume de vendas.

O setor de eletrodomésticos sofreu leve contração ao longo do ano de 2013, impactado pela conjuntura econômica do país, volatilidade do câmbio e inflação próxima ao teto da meta, contribuindo também a redução dos incentivos fiscais (IPI) concedidos pelo governo. O mercado de compressores seguiu a tendência do mercado de refrigeração: na Europa, a demanda se comportou de forma mais estável que em 2012, mas ainda seguiu estagnada. Houve impactos na China e no Brasil em função do fim dos incentivos governamentais.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o resultado operacional da Companhia apresentou um aumento de 24,4%, passando de R\$ 824,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.025,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os principais efeitos que impactaram a evolução dos resultados no período foram: o aumento do volume de vendas, especialmente no mercado doméstico, ganhos decorrentes da melhora de mix, ganhos de produtividade/escala.

Adicionalmente, a receita financeira da companhia foi positivamente afetada pela inflação, que foi mantida estável em um nível próximo da meta superior, bem como pela retomada dos aumentos na taxa básica de juros (SELIC), fechando o ano de 2013 em 10,0%.

10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu em 2013 introdução ou alienação de segmento operacional. Não se espera efeitos relevantes decorrentes de introdução ou alienação de segmento operacional no curto prazo.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em 2013, tampouco se espera que esses eventos possam causar efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Opinião dos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não aplicável.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não aplicável.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceção feita apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como requerido, pelo IFRS esses investimentos deveriam ser avaliados pelo custo ou valor justo. Este assunto foi objeto de ênfase por parte de nossos auditores independentes nos exercícios de 2013, 2012 e 2011, cujos pareceres encontram-se em conjunto com nossas demonstrações financeiras.

Desta forma, nossos Diretores entendem que não houve qualquer descumprimento normativo na elaboração de suas demonstrações financeiras, uma vez que referida diferença de prática contábil é oriunda das respectivas normas contábeis brasileiras e normas internacionais de contabilidade, e é amplamente reconhecida nos normativos divulgados pelas entidades responsáveis pela emissão dos mesmos.

10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de nossas demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pela *International Accounting Standard Board* (IASB). Tais normas requerem que efetueemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas a seguir. Na opinião dos diretores tais práticas são adequadas.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica

pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido as incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e suficiente para assegurar eficiência, precisão e confiabilidade.

Os demonstrativos financeiros são preparados a partir dos registros contábeis da Companhia, livros e contas que refletem de forma precisa todas as transações materiais da companhia, com suficiente grau de detalhamento. A Companhia usa o sistema SAP de informações gerenciais.

A Companhia mantém um sistema de controles internos desenhado para fornecer o nível de segurança adequado e suficiente de que os livros, registros e ativos da Companhia são mantidos e contabilizados. Registros contábeis da empresa, políticas e controles internos são periodicamente revisados por uma equipe de auditoria interna.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não há.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items); tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

Não há.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

ii) Vendor: Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de "Vendor" junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto à seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$104.687 em 2014, R\$85.949 em 2015, R\$74.489 em 2016, R\$33.477 em 2017, R\$33.477 em 2018 e R\$91.453 até o término do compromisso, sendo que 78% dos compromissos são vinculados a compra de energia elétrica.

iv. contratos de construção não terminada;

Não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b. natureza e o propósito da operação;

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

ii) Vendedor:, a Companhia adota rigorosas normas e procedimentos de forma a minimizar os riscos referentes à operação em questão, especialmente a ausência de pagamento das operações de “vendedor” pelos devedores originais.

As operações de “vendedor” atendem um programa de financiamento de vendas através do qual a Companhia obtém financiamento direto para seus clientes oferecendo aos mesmos acesso a linhas de crédito com taxas competitivas.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$1.187.033, R\$921.944 e R\$ 875.454.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram, respectivamente, de R\$330.000, R\$180.000 e R\$ 180.000.

Como prática comum de mercado na República Popular da China, a Companhia, através de sua subsidiária Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd negocia operações de desconto de “Bank Acceptance Drafts” (BAD) junto a instituições financeiras. De acordo com a legislação local, em situações específicas, essas operações possuem direito de recurso aos seus cessionários. Neste caso a subsidiária deve cumprir com a obrigação perante a instituição financeira e os BADs são devolvidos à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não havia valores em aberto nesta operação.

iii) Contratos de futura compra de serviços: A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto à seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$104.687 em 2014, R\$85.949 em 2015, R\$74.489 em 2016, R\$33.477 em 2017, R\$33.477 em 2018 e R\$91.453 até o término do compromisso, sendo que 78% dos compromissos são vinculados a compra de energia elétrica.

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos de capital previstos para 2014 tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção de máquinas e equipamentos das plantas industriais, aumento de flexibilidade e capacidade produtiva, adaptação às normas ambientais (processos, produtos e serviços), iniciativas de aumento de produtividade, desenvolvimento de novos produtos e em tecnologia da informação.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos:

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia, celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, nas condições informadas no item 1. f) desse Capítulo 10.

A companhia possui contratos anteriores de financiamento com o Finep que totalizam R\$ 137.525, incluindo juros e o principal contratado em 4 de dezembro de 2012.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não realizamos desinvestimentos nos últimos 3 exercícios sociais. Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2014, a companhia continua fazendo investimentos que incluem algum aumento de capacidade de produção onde for necessário, muita inovação, atividades de pesquisa e desenvolvimento e investimento nas marcas. Dentre os projetos em desenvolvimento a empresa participa de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por meio de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da Lei 11.196/2005. Todos os trâmites legais exigidos são cumpridos para assegurar a transparência e a idoneidade dos programas.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

WHIRLPOOL S.A.

Av. das Nações Unidas, 12.995, 32º andar

CEP: 04578-000 - São Paulo - SP

CNPJ MF nº 59.105.999/0001-86

NIRE Nº 35300035011

Proposta da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da Whirlpool S.A., nos termos do que dispõem a legislação pertinente e o Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia, vem propor a V.Sas. o seguinte:

A) MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

I. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aprovar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e da Controladora e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013.

II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Aprovar, nos termos do art. 192 da Lei nº 6.404/76 e tendo em vista o lucro líquido do exercício findo em 31.12.2013, no montante de R\$ 812.746.881,42 (oitocentos e doze milhões, setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos) propõem os Conselheiros à seguinte destinação do referido lucro: a) ratificação da distribuição de dividendos já pagos durante o exercício de 2013, no montante de R\$ 203.195.704,66 (duzentos e três milhões,

cento e noventa e cinco mil, setecentos e quatro reais e sessenta e seis centavos), correspondente a 25% do lucro líquido, na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76; e b) 75,00% do lucro líquido, no montante de R\$609.551.176,76 (seiscentos e nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), para a Reserva Estatutária, denominada Reserva de Investimentos. Consignar que nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, tendo em vista que seu o saldo alcançou o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

III. DEMAIS DOCUMENTOS

Os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (item 10 do Formulário de Referência), bem como a Proposta de Destinação do Lucro Líquido, contendo os itens descritos no Anexo 9-1-II da IN 481/09 da CVM, nos termos do art. 09 da IN 481 da CVM, já estão disponíveis na página da CVM e no website da Cia (www.whirlpool.com.br).

B) MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na Assembleia Geral Extraordinária, os Senhores Acionistas serão solicitados a votar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração, relativa à alteração do artigo 2º, §1º, para incluir no objeto social da Companhia as seguintes atividades da Unidade Embraco: a) reciclagem de quaisquer equipamentos e produtos elétricos e eletrônicos, em especial os produtos descritos neste artigo 2º do Estatuto Social; b) industrialização e comercialização de produtos, subprodutos e/ou quaisquer insumos e materiais resultantes do processo de reciclagem, em especial peças injetadas ou fundidas em alumínio, peças injetadas em plástico, produtos em cobre e aço; e c) industrialização, comercialização e prestação de serviços de assistência técnica de equipamentos para tratamento superficial de peças metálicas.

I. EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

A proposta de alteração do artigo 2º, §1º, do Estatuto Social da Companhia para incluir no objeto social da Companhia a referência às atividades relacionadas à reciclagem de equipamentos

eletroeletrônicos tem como objetivo melhor abrigar as atividades da Companhia, considerando que sua estrutura de industrialização e comercialização de produtos pode ser também utilizada para (a) a reciclagem de equipamentos e produtos elétricos e eletrônicos; (b) a industrialização e comercialização de produtos, subprodutos e/ou quaisquer insumos e materiais resultantes do processo de reciclagem; (c) industrialização, comercialização e prestação de serviços de assistência técnica de equipamentos para tratamento superficial de peças metálicas; e (d) outras atividades relacionadas a logística reversa de seus produtos.

II. CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL CONTENDO, EM DESTAQUE, AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

Atendendo ao disposto no artigo 11, item I, da IN CVM 481, as propostas de alterações ao Estatuto Social da Companhia estão destacadas no Anexo I à presente Proposta.

São Paulo, 28 de Março de 2014.

ARMANDO ENNES DO VALLE JUNIOR

Vice Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA WHIRLPOOL S.A

Denominação, Objeto, Sede e Duração.

ARTIGO 1º: A WHIRLPOOL S.A. reger-se-á pelo presente Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

ARTIGO 2º: O objeto da Companhia é dividido conforme as atividades desenvolvidas por suas unidades de negócios, que são a unidade de Negócios de Compressores e Soluções de Refrigeração ("Unidade Embraco") - voltada para compressores herméticos, soluções de refrigeração e produtos relacionados, e a unidade de Negócios de Eletrodomésticos ("Unidade Eletrodomésticos") - voltada para eletrodomésticos e produtos relacionados, sendo que cada unidade de negócio desenvolve em seus respectivos estabelecimentos, primordialmente, o objeto que lhe é determinado por este estatuto. § 1º - A unidade Embraco tem como objeto: (a) a indústria, o comércio, a importação, a exportação, a distribuição, a consignação e a representação comercial de: I - compressores herméticos para refrigeração; II - motores elétricos; e III - máquinas, equipamentos, ferramentas, componentes, fundidos, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado; (b) a prestação de serviços, manutenção, instalação, assistência técnica, avaliação técnica, desenvolvimento, projetos, consultoria, fornecimento de recursos materiais e humanos; (c) o comércio, a importação, a exportação, a distribuição, a consignação e a representação comercial de produtos acabados, máquinas e equipamentos, ferramentas, componentes eletrônicos para soluções de refrigeração, sistema de refrigeração, peças, fundidos, matérias-primas e insumos adquiridos de terceiros; d) reciclagem de quaisquer equipamentos e produtos elétricos e eletrônicos, em especial os produtos descritos neste artigo 2º do Estatuto Social; e) industrialização e comercialização de produtos, subprodutos e/ou quaisquer insumos e materiais resultantes do processo de reciclagem, em especial peças injetadas ou fundidas em alumínio, peças injetadas em plástico, produtos em cobre e aço; f) industrialização, comercialização e prestação de serviços de assistência técnica de equipamentos para tratamento superficial de peças metálicas. § 2º A unidade Eletrodomésticos tem por objeto: a) a indústria, o comércio, a importação, a exportação, a consignação, a locação e a representação de produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos, eletrônicos, gabinetes modulados, combinados multifuncionais, artigos, utensílios, recipientes e acessórios para casa ou cozinha, outros bens de consumo, produtos alimentícios, e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, próprios ou de terceiros, tais como, mas não limitados a: I- refrigeradores, congeladores, refrigeradores- congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores

de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e II- máquinas, equipamentos, ferramentas, componentes, peças, matérias-primas e insumos relacionados a tais produtos, inclusive óleo lubrificante acabado; e (b) a prestação dos seguintes serviços, direta ou indiretamente: I - instalação, manutenção, assistência técnica, desenvolvimento, projetos, conservação e reparos de, incluindo mas não limitado a, produtos e peças elétricas, eletrônicas, hidráulicas, metalúrgicas, químicas e de ferro, pintura e construção em geral e consultoria orçamentária acerca de tais serviços, bem como o fornecimento de recursos materiais e humanos para a prestação de serviços em geral, inclusive a prestação de serviços auxiliares às áreas de segurança, saúde, lazer, do cotidiano e do bem estar das pessoas e da família; e II- fornecimento de informações digitalizadas na forma de dados, texto, áudio e vídeo, para distribuição; administração de bancos e dados, próprios ou de terceiros; comercialização e veiculação de publicidade; intermediação no comércio de produtos e serviços, bem como a comercialização de assinaturas por meio eletrônico, todos por meio de redes de computadores on line e outros meios de comunicação on line, todo e qualquer relacionamento com o usuário final decorrente das atividades da Companhia. § 3º - Independente dos objetos específicos de cada uma das unidades de negócios da Companhia, nos termos dos parágrafos anteriores, a Companhia poderá participar, na qualidade de sócia ou acionista, em outras empresas. § 4º - É vedada a realização pela Companhia, suas controladas e coligadas, de contribuições e doações a campanhas eleitorais de partidos políticos ou indivíduos.

ARTIGO 3º: O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

ARTIGO 4º: A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.995 - 32º andar, Brooklin, podendo abrir ou fechar filiais, agências, depósitos, fábricas e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou do exterior, por decisão da Diretoria.

Capital e Ações.

ARTIGO 5º: O capital social é de R\$ 1.085.793.037,93 (hum bilhão, oitenta e cinco milhões, setecentos e noventa e três mil, trinta e sete reais e noventa e três centavos), totalmente integralizado, dividido em dividido em 1.502.786.006 (hum bilhão, quinhentos e dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil e seis) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 (hum bilhão, vinte e oito milhões, setecentos mil, oitocentas e noventa e duas) ações ordinárias e 474.085.114 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quatorze) ações preferenciais. § 1º - As ações preferenciais, sem direito a voto, terão prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, e terão direito a dividendos, no mínimo 10% (dez por cento), maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, tanto no rateio do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), a que se refere o Artigo

23, § 2º, letra "b", deste Estatuto, como na distribuição pela Companhia, a qualquer título, de novas ações bonificadas ou outros quaisquer títulos ou vantagens, inclusive em casos de capitalização de quaisquer reservas ou provisões, e capitalização de lucros remanescentes não distribuídos. § 2º - Todas as ações da Companhia são escriturais, sem emissão de certificado, permanecendo em conta de depósito, em nome de seus titulares, em Instituição Financeira designada pelo Conselho de Administração. § 3º - As ações ordinárias terão direito a voto nas Assembleias Gerais, correspondendo a cada uma delas 1 (um) voto.

Administração.

ARTIGO 6º: A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Conselho de Administração.

ARTIGO 7º: O Conselho de Administração será composto de 3 (três) membros, no mínimo, e 6 (seis), no máximo, residentes no País ou no exterior, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de até 3 (três) anos, facultada a reeleição. § 1º - Logo que eleito, o Conselho de Administração escolherá, dentre os seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente. § 2º - Na ausência e nos impedimentos do Presidente do Conselho de Administração, seu substituto será o Vice-Presidente. § 3º - Nos casos de vaga no cargo do Presidente e do Vice-Presidente, o Conselho de Administração escolherá o seu substituto.

ARTIGO 8º: O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, a cada 6 (seis) meses, ou sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do Presidente do Conselho, do Diretor Presidente ou de qualquer outro Conselheiro. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas fora da sede da Companhia, no Brasil ou no exterior, sendo admitida a presença por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação. § 1º - O Conselho de Administração para validamente deliberar sobre qualquer assunto, deverá se reunir pelo menos com a metade de seus membros, presentes ou representados. § 2º - As reuniões do Conselho serão presididas pelo seu Presidente ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. Das deliberações do Conselho lavrar-se-á ata no livro próprio. As atas de reunião do Conselho de Administração poderão ser assinadas por telefax. § 3º - Havendo empate na votação, o Presidente, além do seu voto como membro do Conselho terá o de qualidade. § 4º - Os avisos de convocação de cada reunião do Conselho de Administração, inclusive a agenda da reunião, serão enviados aos membros por carta, telex ou telefax com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência a cada reunião, avisos esses que serão dispensados quando todos os membros estiverem presentes à reunião. § 5º - Qualquer membro do Conselho de Administração poderá fazer-

se representar nas reuniões, por qualquer outro membro, mediante indicação feita por carta, telegrama ou telefax.

ARTIGO 9º: Além de outros poderes estabelecidos no Artigo 142, da Lei nº 6404/76, compete ao Conselho de Administração: (a) estabelecer a política de desenvolvimento industrial, comercial, financeira e de pessoal da companhia e suas controladas; (b) aprovar planos de expansão e diversificação das atividades sociais; (c) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras anuais e relatório da administração, podendo, para tal finalidade, solicitar dos Diretores quaisquer informações relativas a tais documentos; (d) propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício anterior; (e) eleger os Diretores da Companhia; (f) escolher e destituir os Auditores Independentes da Companhia; (g) declarar dividendos intermediários, na forma do artigo 23 deste Estatuto; (h) autorizar a Diretoria adquirir ações de emissão desta Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posteriormente aliená-las; (i) aprovar as operações e contratos, de qualquer natureza, incluindo os financeiros, que de forma única ou conexa, ultrapassem o montante de 13% (treze por cento) do patrimônio líquido da companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (j) aprovar a alienação, aquisição e oneração de bens do ativo fixo, que não sejam bens imóveis ou direitos a eles relacionados, cujo valor ultrapasse o montante de 1% (um por cento) do patrimônio líquido da companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 10: O Presidente do Conselho de Administração tem as seguintes funções e poderes: (a) presidir as reuniões do Conselho de Administração e as Assembleias Gerais;

(b) transmitir ao Diretor Presidente quaisquer recomendações ou aprovações específicas dadas pelo Conselho de Administração e verificar que tais recomendações e decisões estejam sendo cumpridas; (c) coordenar as atividades da Companhia com as empresas por ela controladas ou coligadas, podendo delegar, essa atribuição ao Diretor Presidente; (d) coordenar os planos e programas para expansão das atividades da Companhia, bem como, os das empresas por ela controladas ou coligadas; (e) representar a Companhia em Assembleias Gerais ou reuniões de quotista; (f) representar a Companhia em cerimônias públicas; (g) recomendar ao Conselho de Administração a seleção de pessoas que serão eleitas Diretores da Companhia; e (h) executar quaisquer outras funções solicitadas pelo Conselho de Administração.

Diretoria:

ARTIGO 11: A Diretoria será composta por, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 12 (doze) Diretores, Acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, e cujo prazo de gestão não será superior a 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 12: A Diretoria terá a seguinte estrutura de cargos: (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor, sem designação especial que, além de suas atividades executivas, ficará encarregado da função de Relações com Investidores; (c) os seguintes Diretores, que serão responsáveis pela Unidade Embraco, nos termos do artigo 17, alínea "a", abaixo: 1 (um) Diretor Presidente da Unidade Embraco, e de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores, sem designação especial, dedicados à Unidade Embraco; e (d) os seguintes Diretores, que serão responsáveis pela Unidade Eletrodomésticos, nos termos do artigo 17, alínea "b", abaixo: 1 (um) Diretor Presidente da Unidade Eletrodomésticos, e de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores sem designação especial, dedicados à Unidade Eletrodomésticos.

ARTIGO 13: No caso de vaga de um Diretor, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração, podendo, no entanto, não ser preenchida a vaga, desde que os Diretores remanescentes satisfaçam o mínimo de 6 (seis) Diretores exigidos pelo Artigo 11 deste Estatuto e, entre estes, pelo menos dois diretores dedicados a cada uma das Unidades de Negócios.

ARTIGO 14: Nas ausências temporárias do Diretor Presidente, o Diretor Presidente da Unidade Embraco e o Diretor Presidente da Unidade Eletrodomésticos atuarão como substitutos nos assuntos da Unidade Embraco ou da Unidade Eletrodomésticos, respectivamente. Nas ausências temporárias de qualquer outro Diretor, competirá ao Diretor Presidente indicar qual Diretor será o substituto.

ARTIGO 15: A representação da Companhia far-se-á de acordo com as seguintes regras: I. Todos os atos, contratos e documentos que envolvam obrigação para a Companhia, incluindo a emissão de cheques e títulos de crédito de qualquer natureza e desembolso de recursos da Companhia, serão firmados por: (a) 2 (dois) Diretores, em conjunto, ou (b) 1 (um) Diretor e 1 (um) Procurador, ou, ainda; (c) 2 (dois) Procuradores, desde que estes tenham poderes expressos para a prática do ato; II. Todas as procurações serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, e serão outorgadas para fins específicos e por tempo determinado, com exceção de procurações "*ad judícia*" e "*ad judícia et extra*" que poderão ser outorgadas pela Companhia a advogados por prazo indeterminado, esta última referente a poderes de atuação em juízo ou fora dele, e perante terceiros, incluindo quaisquer autoridades, órgãos e agências governamentais, quer federais, estaduais ou municipais. III. A Diretoria, em casos especiais e por tempo determinado, poderá autorizar um Diretor ou um Procurador a assinar individualmente; IV. Nos atos de simples rotina ou correspondência, representação perante repartições públicas ou quaisquer processos administrativos ou judiciais, na emissão de duplicatas e nos respectivos endossos para cobrança, assim como, nos endossos para depósito de cheques em nome da Companhia, qualquer Diretor ou Procurador, este último desde que com poderes expressos para a prática do ato, poderá agir, individualmente.

ARTIGO 16: O Diretor Presidente se reportará ao Presidente do Conselho de Administração, e terá o dever de administrar e ser responsável por todas as atividades sociais e operações da Companhia e ainda coordenar e ser responsável pelas atividades dos demais Diretores, alocados funcionalmente para a Unidade Embraco ou para a Unidade Eletrodomésticos.

ARTIGO 17: Os demais Diretores assistirão o Diretor Presidente e com ele cooperarão na administração da Companhia, da seguinte forma: (a) os Diretores da Unidade Embraco ficarão responsáveis precipuamente pela administração dos negócios de compressores herméticos, soluções de refrigeração e produtos relacionados; e (b) os Diretores da Unidade Eletrodomésticos ficarão responsáveis precipuamente pela administração dos negócios de eletrodomésticos e produtos relacionados.

ARTIGO 18: A Diretoria reunir-se-á uma vez por trimestre, independentemente de convocação, ou sempre que for necessário, mediante convocação do Diretor Presidente, ou de 2 (dois) Diretores, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos, tendo o Diretor Presidente, também, o voto de qualidade, no caso de empate. Para validamente deliberar, será indispensável a presença da maioria dos Diretores e o "quorum" para decisões será a maioria simples. Das deliberações da Diretoria, lavrar-se-á ata no livro próprio. Parágrafo Único - A Diretoria deliberará, em colegiado, sobre as matérias abaixo descritas: (a) aprovar as operações e contratos, de qualquer natureza, incluindo os financeiros, que de forma única ou conexa, ultrapassem o montante de 8% (oito por cento) do patrimônio líquido da companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (b) aprovar a alienação, aquisição, oneração e arrendamento de bens imóveis; (c) aprovar a concessão, pela Companhia, de garantias, fianças ou avais, em favor de companhias coligadas, controladas ou de terceiros; (d) aprovar a alienação, aquisição e oneração de bens do ativo fixo, que não sejam bens imóveis ou direitos a eles relacionados, cujo valor não ultrapasse o montante de 1% (um por cento) do patrimônio líquido da companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (e) aprovar a abertura ou fechamento de filiais, agências, escritórios de representação, fábricas e depósitos em qualquer parte do território nacional ou do exterior; (f) aprovar a aquisição, alienação e licenciamento de marcas, patentes ou processos industriais; e (g) aprovar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício da comunidade de que participa a Companhia.

ARTIGO 19: A remuneração dos Administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global, e será composta de honorários e de uma participação de até 6% (seis por cento) do lucro apurado, esta desde que seja distribuído a todas as ações da Companhia um dividendo mínimo, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício e desde que tal participação não exceda os honorários anuais e globais dos membros do Conselho de Administração e Diretores. Os honorários e a referida participação nos lucros serão distribuídos entre os membros do Conselho de Administração e Diretores por decisão do Conselho de Administração.

Conselho Consultivo.

ARTIGO 20: O Conselho Consultivo, quando instalado, será composto de 3 (três) a 6 (seis) membros independentes, um dos quais será nomeado Presidente, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, com mandato não superior a 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, ao qual competirá aconselhar a Administração nas suas atividades, em especial, com relação aos temas de ordem econômica, de mercado interno e externo, política, gestão, entre outros. §1º - Ocorrendo vaga, poderá o Conselho de Administração nomear substituto para completar o mandato em curso. §2º - A verba remuneratória do Conselho Consultivo será fixada pelo Conselho de Administração. §3º - O Conselho Consultivo reunir-se-á até 4 (quatro) vezes ao ano, analisando, em separado, os negócios da Unidade Embraco e da Unidade Eletrodomésticos.

Conselho Fiscal.

ARTIGO 21: O Conselho Fiscal, que não será de funcionamento permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, e somente será instalado pela Assembleia Geral nos casos previstos em lei. Parágrafo Único - A Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal elegerá seus membros e suplentes e fixará sua remuneração.

Assembleias Gerais de Acionistas.

ARTIGO 22: Os Acionistas reunir-se-ão, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as Assembleias Gerais, ou na sua falta a pessoa então escolhida pelos presentes, que nomeará o secretário para os trabalhos. Parágrafo Único - Só poderão participar das Assembleias Gerais os Acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome nos registros da Instituição Financeira Depositária designada pelo Conselho de Administração. Durante os 5 (cinco) dias que antecederem as Assembleias Gerais ficarão suspensos os serviços de transferência de ações.

Exercício Social, Demonstrações Financeiras. Lucros.

ARTIGO 23: O exercício social terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando, obedecidas as determinações legais, serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício. §1º - O Conselho de Administração poderá distribuir dividendos intermediários "ad referendum" da Assembleia Geral, observadas as seguintes regras: (a) Com base no balanço semestral, levantado no dia 30 (trinta) de junho de cada ano, à conta do lucro apurado nesse balanço, ou de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes; (b) Com base nos balanços trimestrais, levantados nos dias 31 (trinta e um) de março e 30 (trinta) de setembro de cada ano, à conta do lucro apurado nestes balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, de que trata o § 1º, do Artigo 182, da Lei 6.404/76; (c) Com base no balanço anual, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. § 2º - O lucro líquido anual, apurado na forma da Lei, e após deduzidos os eventuais prejuízos acumulados, bem como, as necessárias provisões, inclusive a provisão para o Imposto de Renda e as participações estatutárias dos Administradores, será distribuído da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, até que atinja o limite legal; (b) a importância necessária para pagar o dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento), a ser distribuído entre as ações ordinárias e preferenciais, na forma do artigo 5º, §1º, deste Estatuto. § 3º - O remanescente do lucro líquido do exercício será alocado conforme proposta do Conselho de Administração e aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. §4º - O remanescente do lucro líquido do exercício poderá ser alocado à Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos montante que não ultrapasse 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia.

ARTIGO 24: Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir notas promissórias para colocação pública, cabendo-lhe estabelecer: I - o valor da emissão, e a sua divisão em séries, se for o caso; II - a quantidade e valor nominal das notas promissórias; III - as condições de remuneração e de atualização monetária, se houver; IV - o prazo de vencimento dos títulos; V - garantias, quando for o caso; VI - demonstrativo para comprovação dos limites previstos pelas autoridades competentes; VII - local de pagamento; e VIII - contratação de prestação de serviços, tais como custódia, liquidação, emissão de certificados, agente pagador, conforme o caso.

ARTIGO 25: Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar aos seus Acionistas, individualizadamente, juros a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, "pro rata" dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou de outra que venha a substituí-la, observadas as disposições legais. § 1º - A critério do Conselho de Administração, os juros, de que trata este Artigo, poderão ser pagos mensalmente, bimestralmente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente, com base nos lucros existentes apurados em balanço a ser levantado para essa finalidade, na ocasião. § 2º - O valor dos juros não distribuídos poderá ser mantido em conta de Reserva destinada a aumento de capital, por deliberação do Conselho de Administração. § 3º - Por deliberação do Conselho de

Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária, o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia, na forma acima mencionada, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), a que se refere a alínea “b”, do § 2º, do Artigo 23, deste Estatuto.

* _ * _ *

WHIRLPOOL S.A.

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2013

Informações do ANEXO 9-1-II, Instrução 481 CVM

1. Informar o lucro líquido do exercício.

_ O lucro líquido do exercício foi de R\$ 812.746.881,42.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos

antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
25/10/2013	Dividendos	Ordinárias	134.842.112,92	0,13108	14/11/2013
25/10/2013	Dividendos	Preferenciais	68.353.591,74	0,14418	14/11/2013

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

_ O percentual do lucro líquido do exercício distribuído é 25%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
25/10/2013	Dividendos	Ordinárias	225.789.558,79	0,21949	14/11/2013
25/10/2013	Dividendos	Preferenciais	114.467.850,78	0,24145	14/11/2013

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A proposta da Administração é não distribuir dividendos adicionais aos já declarados, em 25/10/2013, conforme acima exposto.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio, já declarados.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
25/10/2013	Dividendos	Ordinárias	134.842.112,92	0,13108	14/11/2013
25/10/2013	Dividendos	Preferenciais	68.353.591,74	0,14418	14/11/2013

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
- b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Ano	Valor por ação do Lucro Líquido	Valor por ação dos dividendos		Valor por ação dos JSCP		Remuneração Total Distribuída	
		Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
2013	0,54080	0,35057	0,38563	-	-	0,35057	0,38563
2012	0,40340	0,15851	0,17436	0,04776	0,05253	0,20627	0,22689
2011	0,24533	0,15810	0,17390	-	-	0,15810	0,17390
2010	0,41279	0,17010	0,18710	0,04260	0,04680	0,21270	0,23390
2009	0,24161	0,03010	0,03310	0,04260	0,04680	0,07270	0,07990
2008	0,44153	0,43140	0,47440	0,03950	0,04339	0,47090	0,51779

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

_ Não houve destinação de lucros para reserva legal, pois a Companhia atingiu o limite legal de 20% (vinte por cento) do capital social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

De acordo com artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, a reserva legal é constituída de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido, até que atinja seu limite legal. Como o saldo da reserva legal atingiu o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, não foram destinados lucros para a reserva legal no ano de 2013.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimo:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo previsto no estatuto:

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais tem direito a dividendos ou juros sobre capital próprio, no mínimo 10% (dez por cento), maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não há montante de dividendo retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

_ Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

_ Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva.

_ Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucro a realizar.

_ Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

_ Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

O artigo 23, parágrafo quarto, do Estatuto Social da Companhia prevê que: "o remanescente do lucro líquido do exercício poderá ser alocado à Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos montante que não ultrapasse 75% (setenta por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia."

b. Identificar o montante destinado à reserva.

_ O valor do montante destinado à reserva é de R\$ 609.551.176,76.

c. Descrever como o montante foi calculado.

O montante destinado à reserva estatutária, denominada reserva de investimentos, corresponde a 75% do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2013. A destinação do lucro líquido foi calculada da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	R\$ 812.746.881,42
Reserva de investimentos (75%)	R\$ 609.551.176,76
Dividendos já pagos (25%)	R\$ 203.195.704,66

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante de retenção.

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.